

ANEXO VI

TERMO DE QUITAÇÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO**EMPREGADOR**

01 CNPJ/CEI 14.385.996/0001-05	02 Razão Social/Nome SETE TECH EIRELI
-----------------------------------	--

TRABALHADOR

10 PIS - PASEP 135.56643.16.1	11 Nome 18 LUIS HENRIQUE DA SILVA BASTOS		
17 CTPS (nº, série, UF) 4908491 / 0050 GO	18 CPF 881.610.482-15	19 Data de Nascimento 18/04/1998	20 Nome da Mãe FRANCISCO ANDRE SALAS BASTOS

CONTRATO

22 Causa do Afastamento
Despedida sem justa causa, pelo empregador

24 Data de Admissão 02/08/2021	25 Data do Aviso Prévio 31/08/2021	26 Data de Afastamento 31/08/2021	27 Cód. Afast. SJ2	29 Pensão Alimentícia(%) (FGTS) 0,00%
-----------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------	-----------------------	--

30 Categoria do Trabalhador
901 - Estagiário

Foi realizada a rescisão do contrato de trabalho do trabalhador acima qualificado, nos termos do artigo nº 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A assistência à rescisão prevista no § 1º do art. nº 477 da CLT não é devida, tendo em vista a duração do contrato de trabalho não ser superior a um ano de serviço e não existir previsão de assistência à rescisão contratual em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria a qual pertence o trabalhador.

No dia ____/____/____ foi realizado, nos termos do art. 23 da Instrução Normativa/SRT nº 15/2010, o efetivo pagamento das verbas rescisórias especificadas no corpo do TRCT, no valor líquido de R\$ 1.034,72 o qual, devidamente rubricado pelas partes, é parte integrante do presente Termo de Quitação.

_____, _____ de _____ de _____.
(cidade(UF), data)

MARCOS ANTONIO SILVA LIMA
SOCIO ADMINISTRATIVO (A) / CPF: 836.773.641-91

LUIS HENRIQUE DA SILVA BASTOS

152 Assinatura do Responsável Legal do Trabalhador

156 Informações à CAIXA:

A ASSISTÊNCIA NO ATO DE RESCISÃO CONTRATUAL É GRATUITA.

Pode o trabalhador iniciar ação judicial quando aos créditos resultantes das relações de trabalho até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (Inc. XXIX, Art. 7º da Constituição Federal/1988).

ANEXO VI

TERMO DE QUITAÇÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

01 CNPJ/CEI 14.385.996/0001-05	02 Razão Social/Nome SETE TECH EIRELI
-----------------------------------	--

TRABALHADOR

10 PIS - PASEP 135.56643.16.1	11 Nome 18 LUIS HENRIQUE DA SILVA BASTOS		
17 CTPS (nº, série, UF) 4908491 / 0050 GO	18 CPF 881.610.482-15	19 Data de Nascimento 18/04/1998	20 Nome da Mãe FRANCISCO ANDRE SALAS BASTOS

CONTRATO

22 Causa do Afastamento
Despedida sem justa causa, pelo empregador

24 Data de Admissão 02/08/2021	25 Data do Aviso Prévio 31/08/2021	26 Data de Afastamento 31/08/2021	27 Cód. Afast. SJ2	29 Pensão Alimentícia(%) (FGTS) 0,00%
-----------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------	-----------------------	--

30 Categoria do Trabalhador
901 - Estagiário

Foi realizada a rescisão do contrato de trabalho do trabalhador acima qualificado, nos termos do artigo nº 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A assistência à rescisão prevista no § 1º do art. nº 477 da CLT não é devida, tendo em vista a duração do contrato de trabalho não ser superior a um ano de serviço e não existir previsão de assistência à rescisão contratual em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria a qual pertence o trabalhador.

No dia ____/____/____ foi realizado, nos termos do art. 23 da Instrução Normativa/SRT nº 15/2010, o efetivo pagamento das verbas rescisórias especificadas no corpo do TRCT, no valor líquido de R\$ 1.034,72 o qual, devidamente rubricado pelas partes, é parte integrante do presente Termo de Quitação.

_____, _____ de _____ de _____.
(cidade(UF), data)

MARCOS ANTONIO SILVA LIMA
SOCIO ADMINISTRATIVO (A) / CPF: 836.773.641-91

LUIS HENRIQUE DA SILVA BASTOS

152 Assinatura do Responsável Legal do Trabalhador

156 Informações à CAIXA:

A ASSISTÊNCIA NO ATO DE RESCISÃO CONTRATUAL É GRATUITA.

Pode o trabalhador iniciar ação judicial quando aos créditos resultantes das relações de trabalho até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (Inc. XXIX, Art. 7º da Constituição Federal/1988).